

# MINISTÉRIO DA DEFESA



**FIESP**

# ***Brasil: "A Nova Defesa"***





# **ROTEIRO**



## **ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA**

- FUNDAMENTOS
- DIRETRIZES
- REFLEXOS

## **A “NOVA DEFESA”**

- ESTRUTURAS
- ARTICULAÇÃO E EQUIPAMENTO
- SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

## **DEFESA E SOCIEDADE**

# FUNDAMENTOS DA END





**MOTIVA**

MD

**INDEPENDÊNCIA**

ESTRATÉGIA NACIONAL  
DE DESENVOLVIMENTO

ESTRATÉGIA NACIONAL  
DE DEFESA

**"Forte, o Brasil terá como dizer não  
quando tiver que dizer não."**

**ESCUDO /  
PROTEGE**

# EIXOS ESTRUTURANTES



REORGANIZAÇÃO DAS  
FORÇAS ARMADAS

REESTRUTURAÇÃO DA  
INDÚSTRIA DE DEFESA

COMPOSIÇÃO DOS EFETIVOS  
DAS FORÇAS ARMADAS



# CAPACITAÇÕES OPERACIONAIS



TRINÔMIO

MONITORAMENTO  
CONTROLE

MOBILIDADE

PRESENÇA

# SETORES ESTRATÉGICOS



**CIBERNÉTICO**

**ESPACIAL**

**NUCLEAR**



# DIRETRIZES DA END



# **CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

- CAPACIDADE DE MONITORAMENTO  
AÉREO, MARÍTIMO E TERRESTRE**
- FORTALECIMENTO DOS SETORES  
ESPACIAL, CIBERNÉTICO E NUCLEAR**
- INDÚSTRIA NACIONAL E AUTONOMIA  
TECNOLÓGICA DE DEFESA**



# MEDIDAS DE IMPLEMENTAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS

## 1 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FOMENTAR A PESQUISA DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SISTEMAS MILITARES E CIVIS...

## 2 - RECURSOS HUMANOS

CRIAR UM QUADRO DE ESPECIALISTAS CIVIS EM DEFESA...

## 3 - INDÚSTRIA DE MATERIAL DE DEFESA

COMPATIBILIZAR OS ESFORÇOS GOVERNAMENTAIS DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO  
COM AS NECESSIDADES DA DEFESA NACIONAL...

## 4 - OPERAÇÕES DE PAZ

ESTIMULAR O ADESTRAMENTO DE CIVIS E MILITARES...

# REFLEXOS DA END





# **REFLEXOS DA END**

**1 - DOCTRINA.**

**2 - ESTRUTURAS (Mil Def, MD e Forças).**

**3 - ARTICULAÇÃO E EQUIPAMENTO.**

**4 - EFETIVOS E SERVIÇO MILITAR.**

**5 - DEFESA E SOCIEDADE.**

# A “NOVA DEFESA”





# **LC 97/99 E 136/10**

## **1 – MINISTÉRIO DA DEFESA**

- Formula e consolida as propostas orçamentárias das Forças.
- Define a política de produtos de defesa.



## **2 – MINISTRO DA DEFESA**

- Integra a cadeia de comando da estrutura de emprego das FA.
- Indica ao PR os Cmt F, o Ch do EMCFA e demais oficiais-generais.
- Escolhe os titulares das Secretarias do Ministério da Defesa.



# **LC 97/99 E 136/10 (cont.)**

**3 – CRIAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO.**



**4 – COMITÊ DE CHEFES DE EM DAS FORÇAS.**

**5 – EMPREGO CONJUNTO DAS FORÇAS.**



**6 – CONGRESSO NACIONAL: PND, END E LIVRO BRANCO.**





# **LC 97/99 E 136/10 (cont.)**

## **7 – PODER DE POLÍCIA**

### **COMO:**

- patrulhamento;
- revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e
- prisões em flagrante.

### **CONTRA QUE:**

- crimes transfronteiriços e ambientais;
- todos os tipos de tráfico aéreo ilícito, com ênfase nos envolvidos no tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais.

# **LC 97/99 E 136/10 (cont.)**

## **7 – PODER DE POLÍCIA (cont)**

### **ONDE:**

- faixa de fronteira;
- no espaço aéreo brasileiro; e
- no mar e nas águas interiores;
- independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia.



## **8 – RESPALDO LEGAL DOS MILITARES**





# LEGISLAÇÃO PROPOSTA JÁ EM VIGOR



MD

## 1 – LC-136, de 25.08.10 – Altera a LC-97/117

Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dá outras providências.



## 2 – MP 4999, de 25.08.10 – Altera as Competências do MD

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.



## 3 – Decreto – Reestruturação do Ministério da Defesa

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores ...



# LEGISLAÇÃO PROPOSTA JÁ EM VIGOR (cont.)

**4 – Decreto 7276, de 25.08.10 – Estrutura Militar de Defesa**  
**Aprova a Estrutura Militar de Defesa e dá outras determinações.**

**5 – Decreto 7274, de 25.08.20 – Política de Ensino**  
**Aprova a Política de Ensino de Defesa (PEnsD) e dá outras providências.**



**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

**República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional**

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVII N° 81

ISSN 1677-7042



# **PROPOSTAS ENCAMINHADAS**

MD

## **1 – PL – Carreira Civil de Defesa**

**Cria a Carreira de Defesa Nacional e os cargos efetivos de Analista de Defesa Nacional, fixa os valores de seus subsídios, e dá outras providências.**

## **2 – Decreto – Política de Ciência e Tecnologia**

**Aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) para a Defesa Nacional, e dá outras providências.**

# **PROPOSTAS ENCAMINHADAS** (cont.)

## **3 – PL – Altera a Lei de criação da ESG**

**Altera os arts. 1º, 2º, 4º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, que cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências.**

## **4 – Decreto – Regulamento da ESG**

**Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra - ESG e dá outras providências.**

## **5 – PEC – Recursos Financeiros**

**Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações de defesa nacional.**



# LEGISLAÇÃO

- Atualização da Política Nacional de Indústria de Defesa (PNID)
- Publicação da Política Nacional de Exportação de Produto de Defesa (PNEPRODE)
- Aprovação de Projeto de Lei que estabelece normas especiais para as compras e contratações de produtos e de sistemas de defesa, ou do seu desenvolvimento



# **LEGISLAÇÃO (cont.)**

- **Medida Provisória nº 495, de 19/07/2010:**
  - **alterações na Lei nº 8.666/93 para viabilizar o uso do poder de compra do Estado**
- **Medida Provisória nº 497, de 27/07/2010:**
  - **desoneração tributária das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica**
- **Diagnóstico da Base Industrial de Defesa**
- **Mapeamento da Base Industrial de Defesa (BID) instalada no Brasil**



# LEGISLAÇÃO (cont.)

Portaria Normativa nº 1.065/MD, de 28/06/2010

Coordenação de Programas e Projetos Comuns às Forças Armadas



- Atendimento Hospitalar
- Colégios Militares
- Blindados
- Equipamentos de visão noturna
- Armas portáteis
- Armas leves
- Sistemas de Detecção
- Compartilhamento de Infraestrutura - Bda Inf Pqdt e 1º GTT



- Embarcações anfíbias e Lanchas de Combate
- Simuladores
- Compartilhamento de Infraestrutura em Tefé-AM

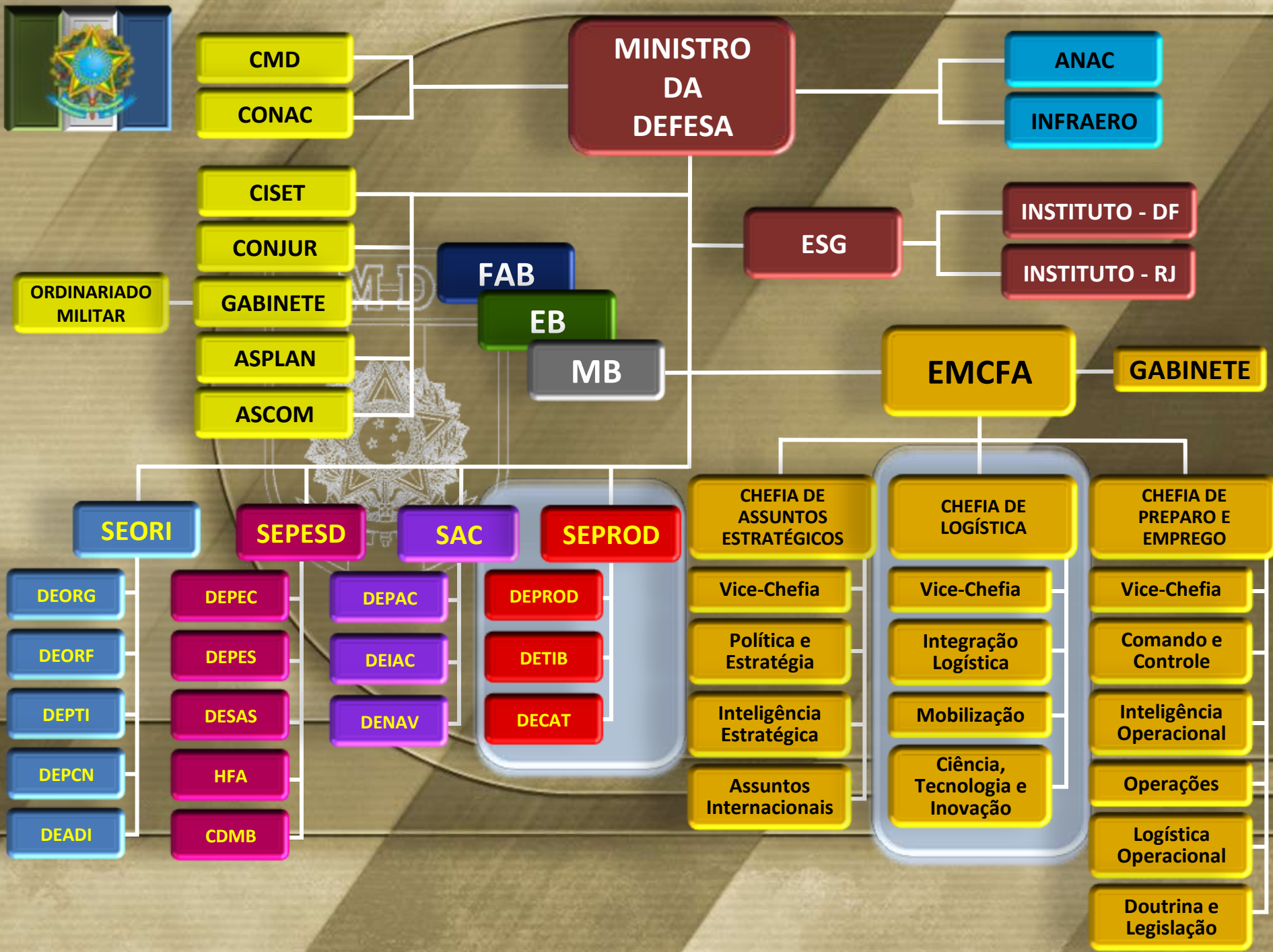


- Unidades aéreas em OM compartilhadas
- Pistas de Pouso
- VANT
- Mísseis
- Aeronave de Caça
- Helicópteros
- Formação centralizada e Pilotos de Asa Fixa

# NOVAS ESTRUTURAS







**COMITÊ  
CH EM FFAA**

**ESTADO-MAIOR CONJUNTO  
DAS FORÇAS ARMADAS  
(EMCFA)**

**GABINETE**  
★ ★

**CHEFIA DE ASSUNTOS  
ESTRATÉGICOS**



**CHEFIA  
DE LOGÍSTICA**



**CHEFIA DE PREPARO  
E EMPREGO**



★ ★ ★ **VICE-CHEFIA**

Subchefia de Política e  
Estratégia

Subchefia de Inteligência  
Estratégica

Subchefia de Assuntos  
Internacionais

★ ★ ★ **VICE-CHEFIA**

Subchefia de Integração  
Logística

Subchefia de  
Mobilização

SCh de Ciência, Tecnologia  
e Inovação

★ ★ ★ **VICE-CHEFIA**

Subchefia de Comando e  
Controle

Subchefia de Inteligência  
Operacional

Subchefia de  
Operações

Subchefia de Logística  
Operacional

Subchefia de Doutrina e  
Legislação



# SECRETARIAS

## SEORI

SECRETARIA DE  
COORDENAÇÃO E ORG.  
INSTITUCIONAL

Departamento de  
Organização e  
Legislação-DEORG

Departamento de  
Planejamento, Orça-  
mento e Finanças-  
DEORF

Departamento de  
Tecnologia da  
Informação-DEPTI

Departamento do  
Programa Calha  
Norte-DEPCN

Departamento de  
Administração  
Interna-DEADI

## SEPROD

SECRETARIA DE PRODUTOS  
DE DEFESA

Departamento de  
Produtos de Defesa-  
DEPROD

Departamento de  
Tecnologia Industrial  
Básica-DETIB

Departamento de  
Catalogação-DECAT

## SEPEDS

SECRETARIA DE PESSOAL,  
ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

Departamento de  
Pessoal-DEPES

Departamento de  
Ensino e  
Cooperação-DEPEC

Departamento de  
Saúde e Assistência  
Social-DESAS

Hospital das Forças  
Armadas-HFA

Comissão Desportiva  
Militar do Brasil-  
CDMB

## SAC

SECRETARIA DE AVIAÇÃO  
CIVIL

Departamento de  
Política Regulatória  
de Aviação Civil-  
DEPAC

Departamento de  
Infraestrutura  
Aeroportuária Civil-  
DEIAC

Departamento de  
Infraestrutura de  
Navegação Aérea  
Civil-DENAV

# ARTICULAÇÃO E EQUIPAMENTO DAS FORÇAS





# INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS - NACIONAIS

## E REGIONAIS

- 
- BACIAS PETROLÍFERAS
  - CAMPOS DE PRODUÇÃO
  - DUTOS
  - HIDRELÉTRICAS
  - BIOCOMBUSTÍVEIS E REFINARIAS
  - TERMELÉTRICAS
  - GÁS NATURAL
  - NUCLEARES
  - PORTOS
  - AEROPORTOS
  - TELECOMUNICAÇÕES
  - FERROVIAS
  - LINHAS DE TRANSMISSÃO
  - CENTRO DO PODER POLÍTICO

Bacia do Espírito Santo

Bacia de Campos

Bacia de Santos



# MARINHA DO BRASIL

## ATUAL



MANAUS



BELÉM



NATAL



SALVADOR



BRASÍLIA



SÃO PAULO



RIO DE JANEIRO



LADÁRIO



RIO GRANDE



### SITUAÇÃO ATUAL



DISTRITOS NAVAIS



BATALHÕES DE OP RIBEIRINHAS



1ª ESQUADRA / 1ª DIVISÃO ANFÍBIA /  
BASE DE SUBMARINOS



# MARINHA DO BRASIL

## FUTURO



TABATINGA

MANAUS

BELÉM

NATAL

SALVADOR

BRASÍLIA

ITAGUAÍ

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO

LADÁRIO

RIO GRANDE



### SITUAÇÃO ATUAL



DISTRITOS NAVAIS



BATALHÕES DE OP RIBEIRINHAS



1ª ESQUADRA / 1ª DIVISÃO ANFÍBIA /  
BASE DE SUBMARINOS

### CRIAÇÃO



BATALHÕES DE OP. RIBEIRINHAS



BASE DE SUBMARINOS



2ª ESQUADRA / 2ª DIVISÃO ANFÍBIA (N/NE)



SIST DE GERENCIAMENTO DA AMAZONIA AZUL  
PROJETO AMAZÔNIA SEGURA  
(CAPITANIAS / DELEGACIAS / AGÊNCIAS)



# **FORTALECIMENTO DO PODER NAVAL**

**1. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS (PROSUB)**

**2. OUTROS MEIOS**

**NAVIOS (Patrulha Oceânico e Costeiro e de Propósitos Múltiplos)**

**AVIÕES**

**HELICÓPTEROS**

**VEÍCULOS AÉREOS NÃO-TRIPULADOS (VANT)**

**MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS PARA DUAS DIVISÕES ANFÍBIAS**





# EXÉRCITO BRASILEIRO

## ATUAL



BOA VISTA

S. G. DA CACHOEIRA

TEFÊ

PORTO VELHO

CUIABÁ

MARABÁ

GOIÂNIA

FE

CRISTALINA

CORUMBÁ

DOURADOS

CAÇAPAVA  
CAMPINAS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

RIO DE JANEIRO

GUARUJÁ

CASCADEL

PONTA GROSSA

FLORIANÓPOLIS

SANTIAGO

URUGUAIANA

SANTA MARIA

PELOTAS

BAGÉ



# EXÉRCITO BRASILEIRO FUTURO



BOA VISTA

S. G. DA CACHOEIRA

TEFÊ

PORTO VELHO

CUIABÁ

MARABÁ

GOIÂNIA

FE

CRISTALINA

CORUMBÁ

DOURADOS

CAÇAPAVA  
CAMPINAS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

RIO DE JANEIRO

GUARUJÁ

PONTA GROSSA

CASCAVEL

FLORIANÓPOLIS

SANTIAGO

URUGUAIANA

SANTA MARIA

BAGÉ

PELOTAS



# EXÉRCITO BRASILEIRO FUTURO



BRIGADA LEVE



BRIGADA MECANIZADA



TRANSFORMAÇÃO DE BRIGADA

BOA VISTA

S. G. DA CACHOEIRA

TEFÊ

PORTO VELHO

CUIABÁ

MARABÁ

GOIÂNIA

FE

CRISTALINA

CORUMBÁ

DOURADOS

CAÇAPAVA  
CAMPINAS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

RIO DE JANEIRO

GUARUJÁ

CASCADEL

PONTA GROSSA

FLORIANÓPOLIS

SANTIAGO

URUGUAIANA

SANTA MARIA

BAGÉ

PELOTAS

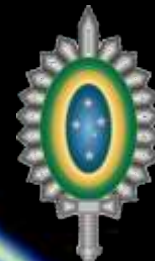


# EXÉRCITO BRASILEIRO FUTURO





# EXÉRCITO BRASILEIRO FUTURO

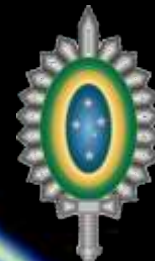


- BRIGADA LEVE
- BRIGADA MECANIZADA
- BRIGADA PARAQUEDISTA
- BDA DE SELVA E LEVES.
- BRIGADA ANTIAÉREA
- COMMANDO DE AVIAÇÃO

- TRANSFORMAÇÃO DE BRIGADA
- TRANSFERÊNCIA DE BRIGADA
- CRIAÇÃO DE BRIGADA
- CRIAÇÃO DE PEF



# EXÉRCITO BRASILEIRO FUTURO



- BRIGADA LEVE
- BRIGADA MECANIZADA
- BRIGADA PARAQUEDISTA
- BDA DE SELVA E LEVE
- BRIGADA ANTIAÉREA
- COMMANDO DE AVIAÇÃO

- BRIGADAS ( 27 + 8 = 35 )
- PELOTÕES DE FRONTEIRA ( 21 + 28 = 49 )





# **FORTALECIMENTO DO PODER TERRESTRE**

## **1. PROGRAMA MOBILIDADE ESTRATÉGICA**

- HELICÓPTEROS**

## **2. PROGRAMA COMBATENTE BRASILEIRO (COBRA)**

- VEÍCULOS AÉREOS NÃO-TRIPULADOS (VANT)**

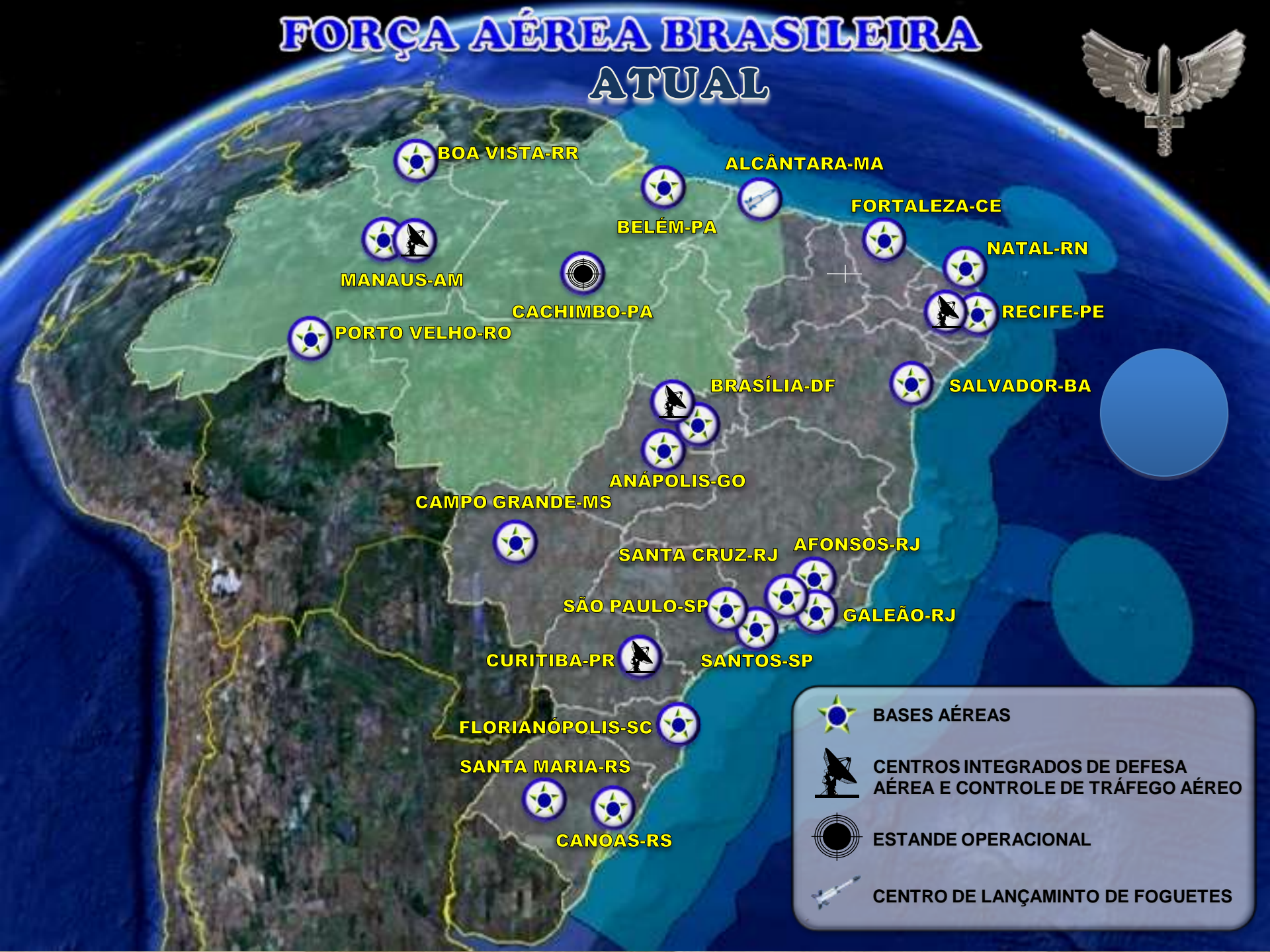
- VIATURA BLINDADA GUARANI**

## **3. PROGRAMA AMAZÔNIA PROTEGIDA**

## **4. PROGRAMA SENTINELA DA PÁTRIA**



# FORÇA AÉREA BRASILEIRA ATUAL



BOA VISTA-RR

ALCÂNTARA-MA

FORTALEZA-CE

NATAL-RN

RECIFE-PE

SALVADOR-BA

GALEÃO-RJ

AFONSOS-RJ

SANTA CRUZ-RJ

SANTOS-SP

SÃO PAULO-SP

CURITIBA-PR

FLORIANÓPOLIS-SC

SANTA MARIA-RS

CANOAS-RS

ANÁPOLIS-GO

CAMPO GRANDE-MS

BRASÍLIA-DF

CACHIMBO-PA

BELÉM-PA

MANAUS-AM

PORTO VELHO-RO



BASES AÉREAS



CENTROS INTEGRADOS DE DEFESA  
AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO



ESTANDE OPERACIONAL



CENTRO DE LANÇAMINTO DE FOGUETES



# FORÇA AÉREA BRASILEIRA FUTURO



SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM

BOA VISTA-RR

ALCÂNTARA-MA

BELEM-PA

FORTALEZA-CE

NATAL-RN

MANAUS-AM

CACHIMBO-PA

RECIFE-PE

PORTO VELHO-RO

EURINEPÊ-AM

VILHENA-RO

BRASÍLIA-DF

SALVADOR-BA

ANÁPOLIS-GO

CAMPO GRANDE-MS

SANTA CRUZ-RJ

AFONSOS-RJ

SÃO PAULO-SP

GALEÃO-RJ

CURITIBA-PR

SANTOS-SP

FLORIANÓPOLIS-SC

SANTA MARIA-RS

CANOAS-RS

CAÇAS

TRANSPORTE/  
REABASTECIMENTO

PATROLHA

ASAS ROTATIVAS

BUSCA E SALVAMENTO

RECONHECIMENTO/  
CONTROLE E ALARME



BASES AÉREAS



CENTROS INTEGRADOS DE DEFESA  
AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO



ESTANDE OPERACIONAL



CENTRO DE LANÇAMENTO DE FOGUETES



# **FORTALECIMENTO DO PODER AÉREO**



- 1. AQUISIÇÃO DE AERONAVES DE CAÇA (F-X2)**
- 2. DESENVOLVIMENTO DE AERONAVES DE TRANSPORTE / REABASTECIMENTO EM VÔO (KC-390 – EMBRAER)**
- 3. DESENVOLVIMENTO E LANÇAMENTO DO VEÍCULO LANÇADOR DE SATÉLITES (VLS)**
- 4. MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**
- 5. VEÍCULOS AÉREOS NÃO-TRIPULADOS (VANT)**
- 6. HELICÓPTEROS**



# ARTICULAÇÃO

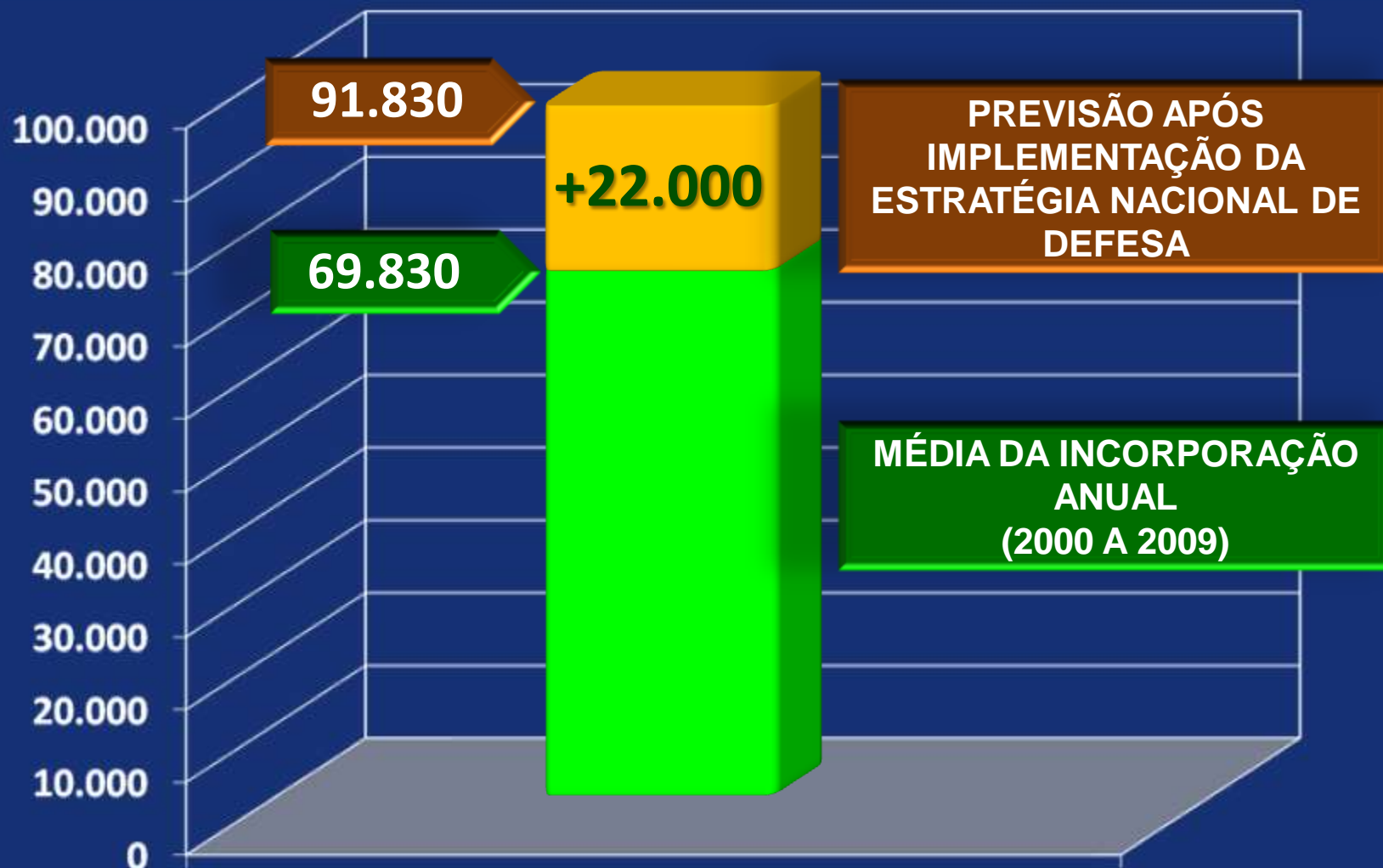


# SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO





# SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO



# DEFESA E A SOCIEDADE





# **O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL**

**- LC-136, DE 25.08.2010 -**

**1 – CENÁRIO ESTRATÉGICO PARA O SÉCULO XXI**

**2 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA**

**3 – ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA**

**4 – MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS**

**5 - RACIONALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS  
ESTRUTURAS DE DEFESA**

**6 – AS FFAA: MARINHA, EXÉRCITO E AERONÁUTICA**

**7 – OPERAÇÕES DE PAZ E AJUDA HUMANITÁRIA**

# ATOS INTERNACIONAIS

## EM FASE DE NEGOCIAÇÃO (16 PAÍSES)

Alemanha, Argélia, Bielorrússia, Bélgica, Canadá, Egito, Espanha, Gana, Israel, Indonésia, Paquistão, Polônia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Sérvia e Timor Leste.

Previsão de assinatura

Novembro: Alemanha, Polônia e Timor Leste.





## ATOS INTERNACIONAIS (cont.)

### JÁ ASSINADOS (34 PAÍSES)

#### Em vigor:

Argentina, Cabo Verde, Chile, China, Coréia do Sul, Guatemala, Índia, Peru, Portugal, Suécia e Turquia.



#### Aguardam requisitos internos:

África do Sul, Angola, Bolívia, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Equador, EUA, França, Guiana, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Honduras, Itália, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, República Dominicana, Reino Unido, República Tcheca Senegal, Suriname, Ucrânia e Uruguai





# Obrigado!



# PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA



## ANTERIOR

Art. 12...

§ 2º A consolidação das propostas orçamentárias das Forças será feita pelo Ministério da Defesa, obedecendo-se as prioridades estabelecidas na **política de defesa nacional**, explicitadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## LC 136

Art. 12...

§ 2º A proposta orçamentária das Forças será elaborada **em conjunto com o Ministério da Defesa, que a consolidará**, obedecendo-se as prioridades estabelecidas na **Estratégia Nacional de Defesa**, explicitadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



# PRODUTOS DE DEFESA



## LC 136

### Art. 11A

Compete ao Ministério da Defesa, além das demais competências previstas em lei, formular a **política e as diretrizes referentes aos produtos de defesa empregados nas atividades operacionais**, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo, admitido delegações às Forças.

# NOMEAÇÃO CMTs FAs

## ANTERIOR

Art. 4º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica dispõem, singularmente, de um Comandante, nomeado pelo Presidente da República, **ouvido** o Ministro de Estado da Defesa, o qual, no âmbito de suas atribuições, exercerá a direção e a gestão da respectiva Força.

## LC 136

Art. 4º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica dispõem, singularmente, de um Comandante, **indicado pelo Ministro de Estado da Defesa** e nomeado pelo Presidente da República, o qual, no âmbito de suas atribuições, exercerá a direção e a gestão da respectiva Força.



# NOMEAÇÃO DE Of Gen



## ANTERIOR

Art. 7º Compete aos Comandantes das Forças apresentar ao Ministro de Estado da Defesa a Lista de Escolha, elaborada na forma da lei, para a promoção aos postos de oficiais-generais e **indicar** os oficiais-generais para a nomeação aos cargos que lhes são privativos.

## LC 136

Art. 7º Compete aos Comandantes das Forças apresentar ao Ministro de Estado da Defesa a Lista de Escolha, elaborada na forma da lei, para a promoção aos postos de oficiais-generais e **propor-lhe** os oficiais-generais para a nomeação aos cargos que lhes são privativos.

# EMPREGO DAS FAs



## ANTERIOR

Art. 15 ...observada a seguinte forma de subordinação:

I - **diretamente** ao Comandante Supremo, no caso de Comandos **Combinados**, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;

## LC 136

Art. 15 ...observada a seguinte forma de subordinação:

I - ao Comandante Supremo, **por intermédio do Ministro de Estado da Defesa**, no caso de Comandos **Conjuntos**, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;



# EMCFA



## ANTERIOR

Art. 10. O **Estado-Maior de Defesa**, órgão de assessoramento do Ministro de Estado da Defesa, terá como Chefe um oficial-general do último posto, da ativa, em sistema de rodízio entre as três Forças, nomeado pelo Presidente da República, **ouvido** o Ministro de Estado da Defesa.

## LC 136

Art. 3ºA O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, órgão de assessoramento permanente do Ministro de Estado da Defesa, tem como Chefe um **oficial-general do último posto, da ativa ou da reserva, indicado pelo Ministro de Estado da Defesa** e nomeado pelo Presidente da República **e disporá de um comitê, integrado pelos chefes de estados-maiores das três Forças, sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.**

# EMPREGO CONJUNTO



## ANTERIOR

Art. 11 Compete ao Estado-Maior de Defesa elaborar o planejamento do emprego combinado das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios combinados e quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa.

## LC 136

Art. 11A Compete ao **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas** elaborar o planejamento do **emprego conjunto** das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos **exercícios conjuntos** e quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa.



# ATRIBUIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

## ANTERIOR

Art. 17A Cabe **ao Exército...**

IV – atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

- a) patrulhamento;
- b) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e
- c) prisões em flagrante delito.

# ATRIBUIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

## LC 136

### Art. 16ª

Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

- I - patrulhamento; (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).
- II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e
- III - prisões em flagrante delito. (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).



# AERONÁUTICA

## ANTERIOR

Art. 18...Cabe à Aeronáutica...

VII – atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos envolvidos no tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais, agindo em operação combinada com organismos de fiscalização competentes, aos quais caberá a tarefa de agir após a aterragem das aeronaves envolvidas em tráfego aéreo ilícito.

## LC 136

Art. 18...Cabe à Aeronáutica...

VII – **preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias**, atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos envolvidos no tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais, agindo em operação combinada com organismos de fiscalização competentes, aos quais caberá a tarefa de agir após a aterragem das aeronaves envolvidas em tráfego aéreo ilícito, **podendo, na ausência destes, exercitar as ações previstas nas alíneas b e c do art. 16A.**

# AERONÁUTICA



## ANTERIOR

**Art. 18...Cabe à Aeronáutica...**  
**Parágrafo único – Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Aeronáutica o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como “Autoridade Aeronáutica”, para esse fim.**

## LC 136

**Art. 18...Cabe à Aeronáutica...**  
**Parágrafo único – Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Aeronáutica o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como “Autoridade Aeronáutica Militar”, para esse fim.**

**Lei da ANAC** (Lei nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005)

Art. 5º A ANAC atuará como **autoridade de aviação civil**, assegurando-se-lhe, nos termos desta Lei, as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência.



# RESPALDO LEGAL

## ANTERIOR

Art. 15...

§ 7º O emprego e o preparo das Forças Armadas **na garantia da lei e da ordem** são considerados atividade militar para fins de aplicação do **art. 9º, inciso II, alínea c, do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar.**

## LC 136

Art. 15...

§ 7º **A atuação do militar nos casos previstos nos arts. 13, 14, 15, 16-A, nos incisos IV e V do art. 17, no inciso III, do artigo 17ª, nos incisos VI e VII do art. 18, nas atividades de defesa civil a que se refere o art. 16 desta Lei Complementar, e no inciso XIV do art. 23 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral ) é considerada atividade militar para os fins do art. 124 da Constituição Federal.**

# RESPALDO LEGAL

## CPM

**Art. 9º - Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:**

...

**II - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:**

...

**Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum.**

## Cód. ELEITORAL

**Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965.**

**Art. 23...**

**XIV - requisitar a força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos Tribunais Regionais que o solicitarem, e para garantir a votação e a apuração;**

## CF/1988

**Art. 124. à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.**

**Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.**



## LC 136

### Art. 15...

**Parágrafo único. As Forças Armadas, quando do emprego para zelar pela segurança pessoal de autoridades nacionais e estrangeiras em missões oficiais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, poderão exercer as ações previstas nas alíneas “b” e “c” do Inciso I deste artigo.**



# CONGRESSO NACIONAL



## LC 136

### Art. 9-º ...

§ 1º Ao Ministro de Estado da Defesa compete a implantação do Livro Branco de Defesa Nacional, documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor.

§ 2º O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando os seguintes tópicos:

- I - cenário estratégico para o século XXI;
- II - política nacional de defesa;
- III - estratégia nacional de defesa;
- IV - modernização das Forças Armadas;
- V - racionalização e adaptação das estruturas de defesa;
- VI - suporte econômico da defesa nacional;
- VII - as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica;
- VIII - operações de paz e ajuda humanitária.



# Ch EMCFA - NÍVEL HIERÁRQUICO



PROP

Art. 3ºA...

§2º É assegurada ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA o mesmo grau de precedência hierárquica dos Comandantes e precedência hierárquica sobre os demais oficiais-generais das três Forças Armadas.

# EMCFA - POSSE



## PROPOSTA

Art. 3ºA...

§1º O oficial-general indicado para o cargo de Chefe do EMCFA será transferido para a reserva remunerada, quando empossado no cargo.



# AERONÁUTICA

## ATUAL

Art. 18 Cabe à Aeronáutica...

I - **orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil;**

...

IV - estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica **e aeroportuária;**

## PROPOSTA

Art. 18 Cabe à Aeronáutica...

I - **SUPRIMIR**

...

IV - estabelecer, equipar e operar a infra-estrutura aeronáutica **militar e, sem prejuízo de outros órgãos,** diretamente ou mediante concessão, a aeroespacial;